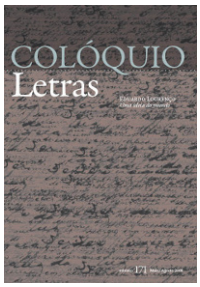


COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: https://coloquio.gulbenkian.pt

Eduardo Lourenço e Miguel Torga : conversa inacabada

Carlos Mendes de Sousa

Para citar este documento / To cite this document:

Carlos Mendes de Sousa, "Eduardo Lourenço e Miguel Torga : conversa inacabada", *Colóquio/Letras*, n.º 171, Maio 2009, p. 167-199.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Eduardo Lourenço e Miguel Torga: conversa inacabada

Carlos Mendes de Sousa

I

Num depoimento escrito no âmbito do centenário do nascimento de Miguel Torga, o autor de *O Labirinto da Saudade* reconstitui o dia do primeiro encontro com o escritor, que ocorreu num dos mais inesperados lugares para quem conhece a obra de Torga: a Universidade de Coimbra. O encontro deu-se na Faculdade de Letras, em 1947, o ano em que Eduardo Lourenço ali entrara como assistente. Torga tinha ido com a mulher, a professora Andrée Crabbée Rocha, assistir a uma conferência de um escritor belga sobre Paul Claudel. É no final da conferência que Eduardo Lourenço é apresentado ao autor de *A Criação do Mundo*. De seguida, descem até à Livraria Atlântida, na época espaço por onde circulavam os intelectuais da cidade. Lourenço acrescenta: «Aí começámos uma conversa que não devia ter fim, mas se interrompeu com a minha partida para Hamburgo e uns anos mais tarde se quebrou sem se quebrar» («Evocação Espectral», *JL — Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1 Ago. 2007).

Percebe-se que o encontro se recorte com uma invulgar nitidez na memória do ensaísta, dado o impacto que iria produzir no seu percurso intelectual. Em 1947, Miguel Torga já era o autor a quem letrados emergentes pediam salvo-conduto para entrar num qualquer panteão no reino das letras, «figura já emblemática de Coimbra, onde cada geração de poetas (e todas o são) aspirava ter a sua bênção literária». A década de 40 constitui um ponto alto na consolidação do nome de Torga. Como dirá mais tarde Eduardo Lourenço, num registo de síntese sobre a produção literária destes anos, a década abriu justamente com *Bichos,* que viria a ser o mais reeditado e traduzido dos livros do autor, o qual publicaria nos quatro anos seguintes «o essencial da sua ficção» (*O Canto do Signo*, p. 286). É este escritor «célebre e celebrado» que acolhe no seu círculo o jovem «assistente de filosofia, a respirar inteligência e inquietação», como a ele se referirá na linha com que o fará entrar em *A Criação do Mundo*.

A descida até à Baixa da cidade reveste-se de um particular simbolismo no trajecto lourenciano: como um dos passos da busca de caminhos, de identificações. A heterodoxa maneira de ler o mundo implica uma predisposição da parte do jovem ensaísta para cruzar universos. Não se colando a visões ideológica e esquematicamente condicionadoras, não se conforma com os dominantes modelos vinculados ao catolicismo ou ao marxismo. É assim que deve ser entendido, no final dos anos 40, o distanciamento dos grupos que frequentou ao chegar a Coimbra (caso dos católicos do CADC) e dos grupos onde chegou mesmo a ter algum protagonismo nos seus tempos de estudante (caso da sua passagem pela *Vértice*).

A aproximação a Miguel Torga deve ser entendida no quadro desse processo indagativo. O autor de *Contos da Montanha* construíra uma singular via de afirmação: vindo da *presença*, depressa se independentizara por considerar que este grupo solipsisticamente se fechava ao mundo (e seus dramas sociais e políticos), mas também não alinhou com as manifestações estéticas, surgidas na década de 1940, estreitamente vinculadas à vulgata marxista. O ensaísta em formação encontra na figura do escritor mais velho um exemplo que o ajuda a problematizar algumas inquietações, como aquelas decorrentes das suas relações com os jovens colegas neo-realistas, os quais foram realmente importantes para a constituição da sua consciência ideológica e estética, ainda que ele sempre se tenha mantido um «impuro».

A ida até à Atlântida constituiu por conseguinte a primeira etapa de um rito iniciático. Torga conduzirá depois Eduardo de Faria à tertúlia da Central e aos encontros no seu consultório médico. O assistente de filosofia, de personalidade fervilhantemente crítica, é adoptado por Torga e pelos companheiros de tertúlia (de que se destacavam Martins de Carvalho e Paulo Quintela). Da parte de Lourenço, encontramos uma natural predisposição para essa entrada: ele não vinha propriamente de fora da literatura. A integração no grupo da Baixa pressupunha tanto uma atenção aos problemas políticos (à cidade sitiada) como às questões estéticas. É neste contexto que deve ser analisado o seu empenhamento interventivo. Além disso, não esqueçamos que as Bibliotecas dos Institutos da Faculdade representavam idêntico lugar de abertura ao mundo através da leitura de livros não controlados pela Censura oficial. Em olhar retrospectivo, nalguns depoimentos, Eduardo Lourenço, pensador livre, lembra isso mesmo, precisamente para mostrar que o seu ponto de vista nunca esteve refém de *Diktats* de qualquer ordem.

Atente-se no título escolhido por Lourenço para o depoimento sobre Torga que venho seguindo. Com propriedade, o título reenvia-nos para a dimensão evocativa mas, ao mesmo tempo, através do adjectivo posposto, colam-se valências ambíguas a essa lembrança. O que haverá de fantasmático na «evocação espectral» de Lourenço poderia simplesmente ter a ver com a

distância e a menor nitidez dos traços recordativos (veja-se outro texto com um título muito aproximado deste: «Lembrança Espectral da Guarda»); no entanto, esse título não deixa de reenviar também para aquilo que não é totalmente dito. A espectralidade convoca o regresso do recalcado.

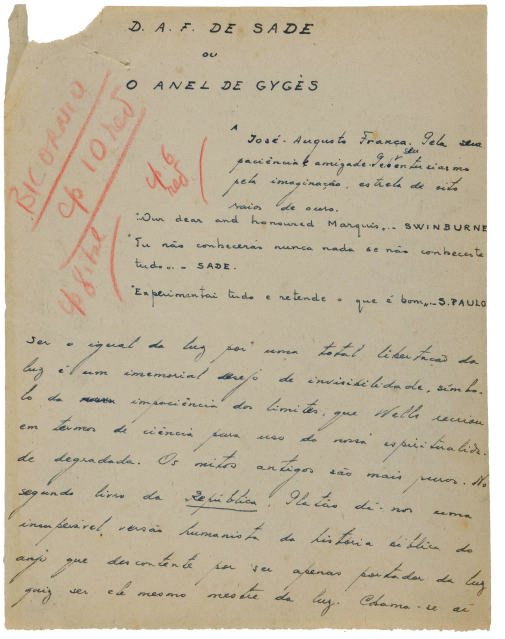
O encontro deve ser perspectivado em função de dois eixos: o reconhecimento da relevância da literatura no contexto cultural português e a crença no papel do intelectual na sociedade. Tenha-se presente a exemplaridade da intervenção cívica e política que a obra literária de Torga testemunha e o lugar simbólico ocupado por este escritor enquanto «oposição não orgânica» ao regime, para usar os termos de Lourenço.

É interessante observar como nesses primeiros tempos de Coimbra (os anos de formação), por razões várias de proximidades, mas também de intrínseca demanda, Eduardo Lourenço se viu envolvido em diversos projectos interventivos (desde a ideação de projectos no plano das publicações periódicas até à elaboração de inquéritos que visavam a auscultação da opinião dos intelectuais). Lembre-se a programação de uma revista com Breda Simões, em 1948, e o projecto de outra publicação, nesse mesmo ano, com Torga e alguns elementos próximos do escritor. Numa carta dirigida a Rodrigues Lapa assinada por Eduardo Lourenço e Manuel Breda Simões (15 Out. 1948), os subscritores pedem «a colaboração para uma revista literária [...]. Trata-se de uma revista a sair em Coimbra com o título de *Informação Literária* e para a qual solicitamos a colaboração de todos aqueles que neste país lutam por uma renovação cultural de conteúdo humanista, onde os únicos determinantes essenciais resultem apenas do exercício de pensamento livre em face de todas as matérias sobre que se exerce» (in *Correspondência de Rodrigues Lapa*). Nos anos 1945-46, Eduardo Lourenço, nos tempos da *Vértice*, mostrara-se sintonizado com Breda Simões, nas páginas daquela revista, ao rebater os argumentos de Álvaro Ribeiro, que defendia a existência de uma filosofia portuguesa. Da proximidade com Torga também surge um projecto gorado, dadas as dificuldades com a Censura. A publicação teria o nome de *Rebate* (e contaria com a participação de Eduardo Lourenço, Miguel Torga, Martins de Carvalho e Andrée Rocha, entre outros).

Os anos do final da década de 1940 e do início da década de 1950 (que correspondem ao período de convivência com Torga) estão associados a um momento determinante da consolidação do ensaísmo de Eduardo Lourenço. Manifesta-se nestes anos, de modo decisivo, a centralidade da literatura nas análises que faz da cultura portuguesa e do país. Nos anos 40, começara por publicar alguns textos e recensões na *Vértice*, assim como na *Seara Nova* (e importa lembrar aqui o impacto de António Sérgio, sobre quem escreverá mais tarde em *O Tempo e o Modo*, quando da sua morte, desmontando admiravelmente a intervenção ensaística deste autor). É contudo na década de 1950 que

Eduardo Lourenço começa a ter uma intervenção digna de registo em algumas revistas e jornais de referência. Digamos que entra em cena num certo espaço público intelectual de maior visibilidade. Recorde-se ainda que *Heterodoxia* sai no limiar da década e que Torga teve um papel chave na edição do livro.

Gostaria de referir aqui especialmente a colaboração de Lourenço em *Unicórnio* (v. o ensaio «Ideia para Uma Historiografia Existencial do Pensamento Português») e nos «córnios» seguintes, a convite de José-Augusto França, por intermédio de Casais Monteiro, assim como em jornais com difusão a nível nacional, especialmente no suplemento cultural de *O Comércio do Porto*. E gostaria de destacar sobretudo a projecção do seu nome na organização do inquérito que dá origem a um marcante dossier em *Bicórnio*, sob o tema «Como vivem os intelectuais portugueses e a sua relação com a cultura passada em Portugal». É admirável o sentido mobilizador deste inquérito de 1952, que pretendia dar a conhecer um «*Corpus Scriptorum* onde a nossa imagem se guardasse como túnica sem costuras». Os termos com que Lourenço, na «Nota Final», faz uma síntese dos resultados do inquérito são reveladores do que constitui a sua maneira de colocar os desafios, no seio da própria interrogação, longe de qualquer espécie de dogmatismo, recusando-se a «a conciliar o inconciliável» e assumindo o equívoco como intrínseco à natureza dos próprios problemas: «só com equívoco se pode falar dos problemas». É a este respeito muito interessante observar como responde Torga (um dos inquiridos). É sob a forma de missiva que apresenta o seu ponto de vista, revelando, nas dúvidas que expõe sobre a natureza das questões, o tipo de diálogo que vinha mantendo com o autor do inquérito, e que iria manter mais tarde em efectiva forma epistolar, quando da partida de Eduardo Lourenço para o estrangeiro.


D. A. F. DE SADE

ou

O ANEL DE GYGÈS

Primeira página do *ms.* do artigo publicado em *Bicórnio*, Abr. 1952, e republ. em *Ocasionais I* (1984)

A profunda consciência crítica do autor de *Heterodoxia*, aliada a um manifesto sentido cívico de participação (desejo de estar dentro), não esmorece a partir do momento em que sai do país. Passando a desempenhar funções de leitor no estrangeiro, nunca se desliga intelectualmente do que se passa no seu país, e a este respeito é muito significativa a sua intervenção na imprensa portuguesa.

Nesta época de interrogações irão interpor-se o nome e a obra de Pessoa. «Nessa altura Pessoa começava a figurar como um autor maldito e a minha primeira intervenção cultural foi a de defender o poder subversivo dos seus textos», diz em entrevista (*Expresso*, 16 Jan. 1988), reportando-se a um artigo, publicado no suplemento cultural de *O Primeiro de Janeiro*, no fim do ano de 1952, em que contestou leituras neo-realistas de Pessoa. Na mesma entrevista, mais adiante, afirma que «Pessoa foi, efectivamente, o desarrumador definitivo, naquela época, do discurso cultural português». Pressupõe-se nesta resposta que o autor da *Mensagem* foi de igual modo, e acima de tudo, um dos maiores questionadores das verdades estáveis para o próprio pensamento de Eduardo Lourenço, que será colocado, em grande parte, sob o pessoano signo do incerto, do mudável.

Pessoa e Torga são dois nomes que representam dois pólos distintos de manifesto alcance para a formação do ensaísta. Duas figuras que de modo diferente o interpelam. Torga, o mais importante escritor com quem conviveu nesses anos, e que espectralmente, de modo não resolvido, estará presente ao longo de muito tempo. Pessoa, do lado das sínteses superadoras, que contêm em si a não resolução. Vemos como na produção ensaística de Lourenço dos anos 1950 ganham relevo as discussões em torno da modernidade e as reflexões sobre a estética do modernismo, decorrentes do impacto provocado pelo abalo pessoano. Mais tarde, em 1971, ao falar da «Dialéctica Mítica da Nossa Modernidade», resume esse impacto, referindo-se a Pessoa como «um dos avatares mais preciosos da nossa Modernidade», e apresenta uma espécie de máxima sintetizadora ao dizer que o autor de «Tabacaria» «não foi apenas moderno mas a Modernidade mesma» (*Tempo e Poesia*, p. 188). E se as reflexões sobre a Modernidade mostram o homem no seio da crise (e há aqui outros significativos eixos concordantes como o existencialismo, o influxo da filosofia de Kierkegaard, a leitura de Paul Valéry, etc.), com Pessoa, Lourenço procede à sua mais íntima inscrição na modernidade. É com Pessoa que se dá o ponto alto da sua entrega à literatura, isto é, à poesia. Em relação a Torga dominará a leitura ambivalente e fantasmatizada, onde se percebe o posicionamento tensivo que vai dos processos de identificação (patente em muitas cartas) à reserva crítica.

Os textos inéditos apresentados no presente dossier reportam-se ao tempo do diálogo mais próximo entre Eduardo Lourenço e Torga. A revisitação que vamos encontrando em declarações nas entrevistas e em ensaios, entretanto escritos, é importante para uma leitura mais completa desta relação. Nesses trânsitos, Eduardo Lourenço tenta desmontar o que lhe ficou dos tempos conviviais: da amplificação dos momentos vividos à presentificação do que não foi dito: «Torga ouvia-me, a minha juvenilidade estimulava-o intelectualmente. E com isso, naturalmente, ganhava eu, embora ele aproveitasse

certos temas para o seu *Diário* e até para a sua ficção (caso do conto em *Pedras Lavradas,* nascido de uma ida minha a uma prisão, em Coimbra)» (*Relâmpago*, n.º 21, p. 172). Um convívio «quase diário», dirá. Contudo, sem intimidade, como também esclarecerá.

II

Desse livro por vir, o «Diário» de Eduardo Lourenço, uma ideia mais ou menos vaga vai sendo formada através dos excertos que nos chegam às mãos, de quando em quando, ao abrirmos jornais e revistas. As nossas expectativas intensificam-se na exacta medida em que os fragmentos revelados se multiplicam e o objecto-livro se nos escapa. O autor fala de interrupções, de cortes, de perdas, e desejaríamos contrariá-lo naquilo que parece ser dito como a mais pura verdade sobre os descaminhos dessas laudas com letra de paciente monge copista. Há aqui uma óbvia reminiscência pessoana, que advirá de um tão demorado convívio com esse fascinante universo de simulações, mas também aqui interferem com certeza as nossas próprias projecções de leitores expectantes. Desejaríamos um novo livro do desassossego, para futuro trabalho de dilectos estudiosos, e acima de tudo para nosso maior contentamento. E esse título lançado pelo autor, *A Casa Perdida*, tendo um alcance simbólico cuja interpretação recuperamos, olhando para o mundo por ele escrito/vivido, também o podemos ler nessa direcção que aponta para as folhas a encontrar. O baralhar dos dados foi posto em marcha. Quando José Carlos de Vasconcelos foi a Vence para entrevistar o autor de *Fernando, Rei da Nossa Baviera*, pôde ver as pastas e as folhas com títulos sucessivos correspondentes a tempos diversos (*Visão*, 2003). E se em dias mais recuados houve um título mítico para uma recolha de poemas que não chegou a aparecer, agora o caso é bem diverso. É certo que o verdadeiro livro já está aí para quem quiser ver. Também é certo que somos em geral desatentos. Basta conferir a impressionante bibliografia reunida por estudiosos como Maria Manuel Baptista e João Tiago Pedroso de Lima. A dispersão de Lourenço vai sendo reordenada, sendo-nos oferecidas inesgotáveis possibilidades de a rever como a cristal de faces rutilantes (entre brilhos e sombras), conforme as hipóteses de livro a compor. Imagino a mão cuidadosa de João Nuno Alçada a encontrar múltiplas formas de ordenação, a ordenar fascículos de diversa ordem. E o autor, que semeou pela obra expressivas epígrafes (à espera da mais atenta hermenêutica), nesse processo de involuntariamente gerar alguma entropia, já lançou, em gesto futurante, a adequadíssima placa para colocar à porta do edifício sem alicerces: de Rimbaud — «Par délicatesse / J'ai perdu ma vie». Desde há muito que se espera acontecer o livro maior. Da parte de quem sempre esteve próximo, ou não. Em 1969, Vergílio Ferreira registava no seu diário o desejo de que Eduardo Lourenço escrevesse um livro que não fosse apenas crítica próxima dos auto-

res: «penso que o Lourenço tem evidentemente um grande lugar a preencher. Boa massa de leituras, memória pronta, estilo insinuante. Faltar-lhe-ão os problemas próprios? Não terá coragem de os confessar?» (*Conta-Corrente 1*, 1969, «2-Março»). Não sei se, com o tempo, o autor de *Nítido Nulo* se apercebeu da existência do livro feito de muitos livros (afinal, aí mesmo nessa ligação aos autores). Ainda assim, esperamos ser surpreendidos, de um dia para o outro, nas páginas dos mesmos jornais, com o anúncio do livro para a mais próxima temporada de um mais próximo Outono.

Naquele que julgo que terá sido o primeiro momento de revelação deste «Diário», no número especial da revista *Prelo* dedicado a Eduardo Lourenço, os fragmentos, em selecção feita pelo autor, aparecem todos datados (como nem sempre aconteceu em outras selecções dadas a conhecer) e cronologicamente ordenados. A leitura destes textos deixa vir ao de cima uma recorrência da poética lourenciana: o abandono melancólico numa paisagem de um céu deserto de deuses. Um niilismo desencantado recorta a figura do escrevente na contemplação de um crepuscular paraíso vazio. A ordenação dos fragmentos dá-nos a ler uma poderosa imagem, exprimindo essa sensação de perda, na última entrada escolhida, que traz a data de 1983: «O meu paraíso está pregado do exterior, como um caixão, abrindo sobre o nada como uma falésia sobre o abismo». Multiplicam-se as imagens. Há uma passagem extraordinária: a entrada que, em 1973, regista a chegada dos seus 50 anos. Ao falar do vazio que o rodeia, acrescenta: «Tudo isto sob um azul impecável que desrealiza tudo quanto cobre.» Nesse céu que vemos a cobrir muitas das suas páginas desencantadas rompe uma luz dulcificadora que matiza o vazio da casa da escrita lourenciana. Sem dúvida bem diferente do céu inteiriço entrevisto na da criação da terra torguiana, como tão magnificamente Lourenço a leu em «O Portugal de Torga» (1978).

O que me comove é perceber como o autor de *O Lugar do Anjo* tão discreta e fundamente falou de si nos ensaios. Assim se entende a densidade dessas páginas das quais emerge a figura biográfica furtando-se à imediatez do reconhecimento fácil. Ele ali está tão mais inteiro que nas magníficas páginas confessionais que já nos ofereceu, como aquela em que fala da omnipresente tia da sua infância (*Metamorfoses*, n.º 4). A figura do espelho, central na sua poética, mais uma vez actua a revelar os cruzamentos, as contaminações de registos, quando lemos fragmentos ensaísticos nas páginas que nos deu a conhecer do seu «Diário».

O diálogo estabelecido com o autor de *Nihil Sibi* ocorre naturalmente quando se fala do «Diário» de Lourenço. Como ocorre de igual modo com o diálogo com Vergílio Ferreira (o outro mais prolífico autor de Diários na nossa literatura). No depoimento do centenário do nascimento de Torga, Eduardo Lourenço põe em paralelo estes dois nomes, remetendo-nos para o sistema tor-

guiano de rasura dos nomes conviventes. «Separado por 15 anos de diferença e por outra formação, não poderia esperar que o autor de *Criação do Mundo* me metesse no seu texto, como fazia, por exemplo, Vergílio Ferreira.» É, aliás, interessante verificar como o *Diário* de Torga pode funcionar pelo lado da decriptação, que se torna quase sistema. Vamos deparando com testemunhos de pessoas que se revêem como figurantes de uma conversa que os não nomeia. Recordo como, numa entrevista, Eugénio de Andrade nos deu uma chave, ao repescar uma passagem de um Diário de Torga que falava de um encontro, quando Eugénio, anos depois de ter saído de Coimbra, onde convivera com Torga, lhe fez uma visita, no seu consultório (cf. *Rosto Precário*). Ou como Sophia escreve a Torga para revisitar os termos de uma fala sua encontrada no *Diário*. Este ponto é nuclear para a leitura que Lourenço faz do *Diário* de Torga, onde se revela muito apertado o controlo do mundo circundante dos vivos próximos, de que Eduardo Lourenço fez parte.

Há uma entrada do «Diário» de Lourenço, com data de Março de 1953 (divulgada no *Público Magazine*, 21 Abr. 1996), que é constituída por uma reflexão sobre a escrita diarística. Percebe-se que o texto, nas suas considerações genéricas, resulta de um profundo diálogo com a concepção torguiana sobre o género. Convém, aliás, estabelecer uma aproximação pela data com um dos textos aqui divulgados (justamente do mesmo ano; entrada do mês de Setembro). Naquele fragmento enfatiza-se «o acto de escrever» que é considerado «mais revelador sobre a alma de quem o escreve do que tudo quanto nele se escreve». Está em causa a questão central da sinceridade e da pose. A partir do momento em que o escritor se situa no palco da literatura, deixa absolutamente de fazer sentido todo o tipo de pretensão de revelação da alma: «escrever um diário é posar permanentemente para si mesmo. A leitura dos diários é penosa, mas torna-se insuportável quando da primeira linha à última a vontade de estilo nos pisca os olhos até à obsessão». Para Lourenço o «Diário» não pode ser acenar aos leitores o lugar da solidão. A entrada termina com uma forte invectiva: «Solitários esses que têm cinco, dez volumes para escarrar na face do público a sua solidão não solitária, a sua divina solidão? / MERDA.»

Eduardo Lourenço insiste no carácter dispersivo, fragmentário do seu «Diário», e chega a afirmar que ficou «sempre com a ideia de que nunca o publicaria» (entrevista ao *Diário de Notícias,* 2000). Uma das razões apresentadas prende-se com o progressivo abandono do projecto, que teve contudo um momento de intensa regularidade. Importa lembrar que esse momento de maior trabalho corresponderá ao início da década de 1950, pelo que nos é dado ver nos diversos excertos revelados. A esta fase de maior produtividade não podemos deixar de associar o exemplo de Torga, em grande parte decorrente do convívio com este autor, à data aquele que, entre nós, praticava de uma

forma mais sistematizada a escrita diarística. Conhecem-se excertos datados de 1945 e de 1946, por conseguinte antes do tempo do convívio com Torga. E se é redutor pensar que foi a partir do momento em que conheceu Torga que Lourenço iniciou o seu «Diário», é importante ter em conta que, nestes anos 40, e muito especialmente para quem como Eduardo Lourenço vivia em Coimbra, o *Diário* de Torga já começava a ser um marco. Naturalmente outras referências se lhe iam impondo, em concreto o *Journal* de Gide; aliás, recorde-se que na resposta a um inquérito sobre André Gide conduzido por Jorge de Sena para o *Unicórnio*, em 1951, entre as suas preferências da obra de Gide, Lourenço coloca em primeiro lugar o *Journal*, enfatizando especialmente o «gosto incomparável do esteta raro». Em anos mais recentes, a visão indefinida e fragmentária dos dias impalpáveis, que entram na sua casa iluminada, não deixará de dialogar com as páginas ofuscantes do diário/livro de Bernardo Soares.

São três os fragmentos inéditos do «Diário» de Eduardo Lourenço, apresentados neste dossier, centrados em Torga e muito especialmente no *Diário* deste escritor:

a) fragmento sem data que apresenta o diálogo da personagem Tristão (um alter-ego de Eduardo Lourenço) com Torga sobre o *Diário* deste. Recorde-se que o «Diário» de Lourenço teve vários projectos de títulos e que o início dos anos 50 (1952, 1953, 1954) foi a este respeito um período particularmente fecundo. Em 1953, o título possível era *Tristão ou O Livro da Alma — Diário Existencial apresentado por Eduardo Lourenço.*

b) fragmento datado de 10 de Setembro de 1953 que desenvolve algumas considerações sobre o *Diário* de Torga.

c) fragmento datado de Nice, Dezembro de 1965 — sobre o *Diário IX*, de Torga.

1953 e 1965 são duas datas com particular significado no que diz respeito ao período do relacionamento de Eduardo Lourenço com Torga. 1953 corresponde ao último ano que o autor de *Heterodoxia* passa em Coimbra (irá ainda nesse ano para Hamburgo como leitor). Veremos que, com a saída de Lourenço do país, o diálogo epistolar prolongará esse relacionamento intelectual. A data de 1965 corresponde ao ano de uma ruptura (as relações serão reatadas nos anos 1980), cujo motivo radica na publicação, em Agosto desse ano, de um artigo no jornal *O Comércio do Porto* sobre o *Diário IX*, de Torga. O trecho que no final do ano (em Dezembro) Lourenço inscreve simbolicamente no seu «Diário» constitui uma espécie de síntese do referido artigo publicado no jornal portuense. O pretexto foi o *Diário IX* de Torga, mas o ensaio visava a escrita diarística do autor, globalmente entrevista, e, mais latamente ainda, toda a obra torguiana. E visa-a sob o prisma da reserva.

No texto de 1953 está patente *in nuce* uma ideia que Eduardo Lourenço irá desenvolver ao longo do tempo (v. outros textos que escreverá, especialmente o artigo de 1965 e ensaios das décadas de 1970 e 1990). Questiona-se o propósito, levado por Torga às últimas consequências, da afirmação da escrita em função da construção do nome (veja-se especialmente o ensaio de Eduardo Lourenço intitulado «Um Nome para Uma Obra», 1994). Encontramos também aqui, no fragmento de 1953, ecos das leituras pessoanas, quando o ensaísta questiona a ideia da auto-representação autoral, construída sob o signo da unidade, e quando propõe como alternativa o caminho da imagem «baralhada», «destruída»: «sinto que o Torga devia fazer esforços não para carregar no espírito dos seus leitores a imagem-Torga, a visão-das-coisas Torga, mas para a baralhar, direi mesmo, para a destruir». Contudo, o exemplo pessoano actua num plano menos imediatamente perceptível. A referência de contraponto ao modelo de Torga é explicitamente André Gide, elogiosamente referido como «inapreensível».

Nesta entrada, a argumentação de Eduardo Lourenço centra-se na literatura de Torga em termos genéricos, mas percebe-se depressa que é o *Diário* o texto que mais directamente está em causa. Ao longo do tempo, Eduardo Lourenço irá dimensionar bipartidamente a obra do escritor: de um lado, em termos mais positivos, a obra do contista, do romancista e do poeta, e do outro, a do diarista, sendo esta a face mais recorrentemente visada. Para Eduardo Lourenço é nesta escrita que é mais visível o aprisionamento do autor porque é no *Diário* que prevalece a construção da imagem de si: «Sinto-o mais livre nos seus primeiros livros quando a sua imagem ainda não tinha adquirido, para ele mesmo, contornos tão precisos.» Vejamos como é peremptório no seu juízo projectivo: «o Torga ideal, ao qual a sua obra recente obedece tão sensivelmente, prejudica o escritor Torga que eu admiro e prejudicá-lo-á mais ainda no futuro». Também é preciso ter em conta que Torga a partir daqui vai concentrar-se cada vez mais nessa operação de vigilância e depuração, numa rigorosa escrita de talhe clássico (com intermináveis refundições dos livros já publicados e com a prossecução do notável projecto autobiográfico). A figura da rasura manifesta-se a diversos níveis, numa obra que explorou profundamente a exposição do eu, obra onde «tudo é Torga, Torga é tudo», como dirá Lourenço em «O Portugal de Torga», 1978.

O diálogo com Torga acaba por revelar uma grande fundura porque toca justamente nesse ponto sensível do criador Eduardo Lourenço, isto é, na sua diversa concepção de Diário. Os pedaços que nos vão chegando, muitas vezes não datados, dão conta, no próprio modo de divulgação, do sentido dispersivo da escrita. E a metáfora mais acabada desse estado é o resgate da caixa perdida que os alberga, lugar literal da própria mitologia lourenciana, em tudo contrária à mundividência torguiana de uma obra construída desde

o princípio a partir da ideia de ordenação. À vigilância torguiana contrapõe-se o desejado abandono lourenciano: «Quando Torga se abandona numa página ou numa hora rara é admirável. Começo a ter medo que se abandone cada vez menos», lê-se logo no início do fragmento de 10 de Setembro de 1953. Lourenço vê Torga cercando-se de uma muralha: um lugar para o nome. Como se na selecção operada por Torga o quotidiano surgisse pré-definido, como se o criador fosse ao encontro de lugares e situações centrados num universo finito, numa função a cumprir, subordinados a uma feroz afirmação da identidade idealizada.

Há uma frase essencial nesse mesmo texto de 1953 que aqui gostaria de destacar: «Não encontro na sua obra a contradição profunda que eu sei existir no seu coração, o Deus insepulto da sua infância dolorosa.» Eduardo Lourenço encontra aqui uma fonte de contradição essencial que o autor de *A Criação do Mundo* contém em si mas que terá sido descartada: «como se ele tivesse pudor e atentasse contra a única imagem que ele quer deixar de si: trágico mas irredutível como Prometeu». No convívio desses anos de Coimbra, o ensaísta viu outro Torga e projectou em si esse outro Torga que desejou encontrar num *Diário* diferente.

Quanto ao fragmento não datado, apresentado neste dossier de inéditos, facilmente se percebe que se trata de uma entrada de «Diário» escrita antes da partida de Eduardo Lourenço para o estrangeiro. O texto dá conta de um passeio de Torga com uma personagem fictícia, o alter-ego de Eduardo Lourenço que recebe o nome de Tristão Marcel. Toma-se como ponto de partida uma conversa sobre duas concepções diferentes de escrita diarística. O fragmento está pensado e construído como uma peça coerentemente fechada. O enquadramento paisagístico não constitui um mero traço decorativo, mas trata-se de um apropriado cenário que serve de apoio às reflexões apresentadas. A adequação assenta, antes de tudo, no mais reconhecível traço da torguiana mitografia conimbricense: os passeios do poeta e de outros elementos da tertúlia nas margens do Mondego. A posição de Torga é apoiada no gesto referencial que sublinha aquilo que a distingue, que a diferencia e a torna única face a outras concepções. Este é um ponto decisivo para o entendimento da obra torguiana: «É esta filosofia, a filosofia que nasce das coisas para os olhos, a cor especial que aqui e em mais parte alguma têm certas árvores [...] é isso que eu queria dar», lê-se na fala de Torga transcrita neste fragmento. A entrada é muito expressiva porque contém duas poéticas. A poética de Torga (sobre a sua literatura, mas também a sua concepção de Diário). E o reverso que é a concepção da poética do «Diário» do enunciador.

Refira-se agora o texto de 1965. Tenham-se em conta, antes de mais, as circunstâncias e o significado do gesto da inscrição desta entrada, um fragmento apresentado como «Leitura do volume IX do *Diário* de Torga». Em 10

de Agosto deste ano, Lourenço publicara em *O Comércio do Porto* o artigo com o título «Uma Empresa Singular: o *Diário* de Torga». O autor de *Heterodoxia* sentiu a necessidade de advertir Torga para algum melindre que adviesse da leitura desta sua recensão. No gesto de Lourenço parece estar implicada uma qualquer reacção a uma tensão gerada no interior de um relacionamento de que o autor de *O Desespero Humanista na Obra de Miguel Torga* se procuraria libertar. Como se tivesse sido convocado para estar criticamente em sintonia e tivesse sentido necessidade de quebrar o elo. No espólio de Torga existe uma carta de Eduardo Lourenço datada de 27 de Julho de 1965 que é enviada como mensagem cautelar. Anuncia aí a escrita de um artigo que estaria para sair. É muito curioso o trânsito enunciativo com que o ensaísta justifica a escrita deste texto. Começa por desculpar-se pelo atraso no agradecimento de *Vindima* (em 65 saíra a 3.ª edição revista). Diz que, não tendo com ele as anteriores edições, que lhe permitiriam um confronto, deixa em suspenso o seu projecto de falar sobre este romance. E acrescenta: «Talvez por compensação, ou para satisfazer uma velha ideia, o último volume de o *Diário* incitou-me a um certo número de considerações de princípio sobre o que eu intitulo de 'empresa singular'. Devem sair aí no *Comércio* pelos tempos mais próximos. É bem possível que nem tudo lhe agrade ou mesmo nada. Mas como já me conhece sabe que é minha pretensão — bem irreal — fazer o possível para falar das obras como se fossem 'anónimas'. Em todo o caso essas reflexões de velho leitor de o *Diário* devia-mas a mim mesmo, e talvez, sobretudo, ao seu ilustre autor.» (Curiosamente a exegese de *Vindima* reaparecerá no final de um texto de homenagem, o fundamental ensaio «O Portugal de Torga», lido na presença do escritor, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1978. Para um historial de regressos e de pacificações, recorde-se outro dado que com este se cruza. Dez anos antes, em 1968, é após a ruptura com o autor de *Poemas Ibéricos* que Eduardo Lourenço publica *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, uma certa maneira de resgatar a amizade de Carlos de Oliveira, ferida por uma pequena história antiga que tinha envolvido Quintela e Torga.)

Um exercício muito interessante, que não cabe neste espaço, seria o confronto dos dois textos de 1965 (o do jornal e o do «Diário»). À partida podíamos pensar que Lourenço procedeu a uma simples reciclagem, no plano da expressão, em busca de uma versão mais sintética; contudo, encontrando termos reconhecíveis em alguns parágrafos, percebemos que, tendo com certeza presente o artigo de *O Comércio do Porto*, elaborou um texto diferente para o «Diário», ainda que obedecendo às mesmas linhas de pensamento, introduzindo mesmo elementos novos que não apareciam no texto do jornal. No final do fragmento, o ensaísta termina falando do poeta «da espécie titanesca, que cedo partilhou com Miguel Ângelo a paternidade de Moisés». Um dos lugares recorrentes nos textos de Eduardo Lourenço sobre Torga é esta figuração do poeta afirmando-se com uma

tenacidade prometaica, observada e dada a ler nalguns dos textos mais profundos que já se escreveram sobre a obra do autor de *O Outro Livro de Job*.

III

Após a ida de Eduardo Lourenço para o estrangeiro, o diálogo iria prolongar-se por via epistolar como já referimos. No espólio de Miguel Torga não foram conservadas todas as missivas resultantes desta interlocução, tendo acontecido o mesmo no arquivo de Eduardo Lourenço. Neste dossier são reveladas pela primeira vez as seguintes cartas inéditas:

a) uma carta do autor de *Poesia e Metafísica* dirigida a Torga, com a data de 18 de Novembro de 1956, cuja cópia foi por si conservada;

b) três cartas de Torga para Eduardo Lourenço (10 de Novembro de 1956; 23 de Novembro de 1956; 15 de Janeiro de 1957).

Como se pode ver pelas datas, esta troca de missivas reporta-se a um curto período (pouco mais de dois meses), centrando-se num episódio, circunstância muito específica a que podemos chamar de episódio húngaro. A contingência (o acontecimento que dá lugar à troca de correspondência) é de ordem política. Na carta de 23 de Novembro de 1956, Torga falará de «tragédia política» («de todas as tragédias políticas a que tenho assistido, só a guerra civil de Espanha me doeu tanto. Pela desgraça humana em si, e pela sorte das ideias em jogo nos dois palcos do desespero»). Os acontecimentos na Hungria foram desencadeados pelos protestos da população húngara que, a 23 de Outubro, saiu para as ruas, manifestando-se contra o regime comunista instaurado com o final da Segunda Guerra Mundial. A 4 de Novembro, após treze dias de manifestações e confrontos, a revolta é esmagada pelos tanques soviéticos que invadem Budapeste, seguindo-se uma brutal repressão. Eduardo Lourenço propõe a Torga uma reacção pública à invasão da Hungria, sob a forma de manifesto, de que ele enviou um modelo para ser assinado por intelectuais portugueses. A resposta de Torga data de 10 de Novembro. Lourenço enviou a referida proposta mesmo no pico dos acontecimentos. E percebe-se que tenha contactado Torga, na lembrança da proximidade dos tempos de Coimbra, mas sobretudo pelo facto de o nome do escritor (a sua voz de aedo interventor) se ter tornado, já nessa época, incontornável, num plano em que era difícil encontrar paralelo entre os escritores portugueses; referência da oposição não alinhada, mas também um forte ascendente mesmo entre políticos no exílio. Lourenço sabia que o nome Torga daria à causa um ímpeto e uma projecção dignos de nota. Na carta de 23 de Novembro, o próprio Torga dá conta da consciência que tem dessa sua maneira solitária de se constituir oposição: «Não o fiz, contudo, mesmo sozinho, que é como eu gosto de estar, por saber que a minha voz serviria para engrossar a dos meus opressores, e por calcular que o meu silêncio era a melhor forma de os afligir.»

As cartas de Torga são reveladoras da particular atenção dispensada pelo escritor consagrado ao jovem crítico (e isso é visível desde logo no facto de Torga responder muito prontamente, como se pode verificar pelo que se lê na abertura da primeira e da segunda cartas deste dossier: «recebidas, uma ontem, outra hoje»; «recebida neste momento»). Também é preciso não esquecer que 1956 é o ano que se segue à publicação do livro de Eduardo Lourenço sobre Torga, tendo havido nesta época entre os dois uma intensa e dialéctica troca de ideias. A propósito, merecerá a pena lembrar um aspecto relevante relacionado com a forma como o autor de *Orfeu Rebelde* investiu na construção da obra e do nome. Recorde-se a severidade da interpelação aos vindouros relativamente à obra a divulgar; cuidando da imagem que quis legar, enunciou e praticou o «auto-de-fé» dos seus manuscritos, tendo exprimido diversas vezes o desejo de que só o publicado contaria como obra sua. Neste quadro, refira-se a grande atenção que acabou por prestar às cartas que escreveu ao longo da vida, tendo inclusivamente guardado cópias de muitas das missivas por si enviadas, entre as quais algumas das que endereçou a Eduardo Lourenço, nomeadamente a cópia da carta de 23 de Novembro de 1956 (conservada no seu espólio), o que, por si, é bastante significativo relativamente à importância concedida a esta troca epistolar sobre a Hungria.

Neste conjunto de cartas ecoam, de certo modo, os debates das tertúlias de Coimbra, frequentadas por Lourenço, onde o autor de *Penas do Purgatório* pontificava, e onde tinham assento permanente Paulo Quintela e Martins de Carvalho (aliás, estes dois companheiros de tertúlia são referidos na primeira resposta de Torga: «nesta situação cheia de armadilhas, pelo que me diz respeito, só assinaria um documento em que guardassem todas as cautelas que lhe acabo de expor, e é essa também a disposição do Quintela e do Martins, a quem comuniquei o seu projecto e as razões que o fundamentaram»). Vemos nas cartas uma projecção desses debates, assumindo agora Lourenço uma posição de par no confronto de ideias e na divergência face ao modo de actuação. Torga sintetizará esse desacordo na carta de 15 de Janeiro de 1957, com que se fecham as discussões: «De acordo quanto à brutalidade da repressão, divergimos quanto aos termos de a condenar.» A par das dúvidas que os acontecimentos lhe suscitam, Torga expende em seu abono uma argumentação sustentada pela experiência do vivido (relembrando o facto de ter sido preso e de a mulher ter sido demitida das funções de professora universitária). É desse lugar do vivido que parte para o sublinhar das diferenças de ponto de vista. O facto de Lourenço estar fora do país e ele dentro condicionaria profundamente o sentido das visões opostas. Na referida carta de 15 de Janeiro isso é claramente afirmado: «A razão é simples: a sua indignação irrompe da claridade dum país livre; a minha, da negrura duma terra escravizada. [...] Por isso olhamos com binóculos diferentes o que se passa nas margens do

Danúbio. O doutor como um intelectual livre de todos os constrangimentos governamentais; este seu atribulado poeta como um pobre ser atado de pés e mãos que, não podendo acreditar nos homens, acredita nas ideias.» A questão ideológica é central para o modo como Torga entrevê a situação, como a problematiza e como desenvolve a sua argumentação. Só aceitaria subscrever o protesto condenatório quando ficasse claro que esse seu gesto não fosse, por ironia, reverter a favor do dominante discurso do regime do Estado Novo (escudado pela Igreja Católica e pela máquina capitalista), que desde logo procurou tirar proveito dos acontecimentos húngaros: «Entalado entre dois extremos, obrigado a escolher, não posso hesitar. Tenho plena consciência de quanto é grosseira tal posição. Mas, desgraçadamente, os factos não consentem uma atitude mais subtil — a que verdadeiramente me agradaria», afirma nessa mesma carta do início de 1957.

Se Torga foi uma voz destacada pela sua intervenção pública, Eduardo Lourenço, não menos atento, vai-se afirmando discretamente, pelas suas particularíssimas reflexões críticas, pela sua participação no debate sobre o lugar do intelectual na sociedade e pelo seu testemunho vivo sobre o tempo presente.

Na única carta de Eduardo Lourenço que, em torno deste debate, chegou até nós, o ensaísta começa por manifestar o espanto perante a reacção de Torga à sua proposta de protesto. Conhecendo Torga, esperaria provavelmente uma resposta diferente, e, acossado, acaba por reagir também ele à resistência do escritor interpelado. Encontramos aqui um Lourenço mais incisivo que nunca, o que acabará por surpreender o próprio Torga. À semelhança do que lemos nos ensaios de Eduardo Lourenço, a carta dirigida a Torga, que temos vindo a acompanhar, é reveladora da sua consciência agudamente crítica e da sua corajosa independência ideológica. Trata-se de uma carta muito frontal, que começa por colocar retoricamente o seu gesto no quadro de uma esfera desorbitada, ao socorrer-se do *leitmotiv* da insanidade mental. Coloquialmente reporta-se à resposta recebida como só podendo ser uma resposta «para doidos varridos». A não compreensão da sua proposta por parte dos interlocutores (inclua-se aqui José-Augusto França, a quem a proposta de protesto também fora enviada e cuja reacção teria sido similar à de Torga) tem como consequência a irónica autojustificação preambular; o que lê nessas respostas leva-o «a imaginar uma espécie de gesto digno de manicómio». Este «imaginar» o seu próprio gesto é como que um ricochete, farpa lançada com o apoio de uma argumentação escudada nos próprios juízos dos correspondentes: «a distância da pátria, a falta de jornais portugueses» e o «contexto que é presentemente o meu». A sua condição de «emigrado» é convocada para dialecticamente reverter a situação. Como quem diz *Será que estou noutro planeta*? *Em que terra vivo eu?* para dizer *Que outro planeta é afinal Portugal?* Na carta, Eduardo Lourenço interpreta esta posição cautelosa dos dois escritores não alinhados como posi-

ção representativa de um maioritário número de intelectuais. Daí os termos hiperbólicos da sua reacção. O intelectual lucidíssimo, que se virá a distinguir pela análise e desmontagem mítico-cultural do país, desde cedo procede a uma leitura contextualizadora, ao olhar para o pequeno território pátrio tendo a Europa no horizonte. Mesmo quando ainda vivia em Portugal.

Torga não estava familiarizado com o tom muito directo e afirmativo (o que pode ser conferido com os exemplares das cartas de Lourenço que foram conservadas no espólio de Torga), e refere-o, aliás, na resposta enviada a 23 de Novembro: «Vejo pela sua carta, recebida neste momento, que ou fui insuficiente nas considerações que lhe fiz na minha, ou me está a atribuir intenções e subterfúgios que talvez devesse exprobrar a outros correspondentes. Só assim se compreende o tom em que me responde.» A propósito deste registo «inusitado», refira-se o desassombro com que Eduardo Lourenço fala da pressão que os marxistas exercem sobre os intelectuais portugueses, denunciando o modo como aterrorizam «mentalmente a esquerda portuguesa». Leia-se em «vossos conhecidos marxistas» a ala intelectual ligada ao PCP.

Na primeira resposta, Torga afirmava desconhecer quaisquer reacções da parte dos intelectuais portugueses relativamente à invasão da Hungria, e expressa a sua posição quanto ao modo como essas manifestações deveriam ser postas em prática; começa por remeter para a «Associação de Escritores», que deveria assumir essa iniciativa, não deixando, ao mesmo tempo, de colocar algumas reservas em torno desta sua ideia, devido à «pouca ou nenhuma autoridade moral da maioria dos literatos nacionais», que pacificamente teriam coabitado durante trinta anos com a tirania interna. A ideia da associação de escritores deverá provavelmente ter ocorrido a Torga pelo facto de se tratar de um organismo criado há pouco tempo. Na resposta, Lourenço também coloca reservas à ideia do reencaminhamento do protesto para a Sociedade Portuguesa de Escritores, pelo carácter apolítico da agremiação, acrescendo o facto de ser, na sua opinião, maioritariamente composta por «reaccionários catalogados». A carta de Lourenço é de 18 de Novembro. É interessante observar-se que, a 11 de Dezembro de 1956, Eduardo Lourenço publicou um artigo no jornal *O Comércio do Porto* onde propunha uma reflexão a propósito da recém-criada associação de escritores. É natural que este artigo tivesse sido publicado com algum atraso em relação à data de escrita, mas acima de tudo importa registar a relevância do gesto. Estando fora, Eduardo Lourenço acompanhava, como se estivesse dentro, tudo o que se passava no país. O artigo intitula-se «Para Um Congresso Nacional de Escritores», e foi posteriormente coligido no livro *Ocasionais I* (1984), livro onde se podem ler artigos diversos deste período de afirmação (anos 1950). Eduardo Lourenço coloca, nesta edição, uma nota em que se lê: «Este artigo suscitou da parte de Casais Monteiro um reparo amigo. O poeta punha em evidência o que há de utópico no nosso projecto. E tem

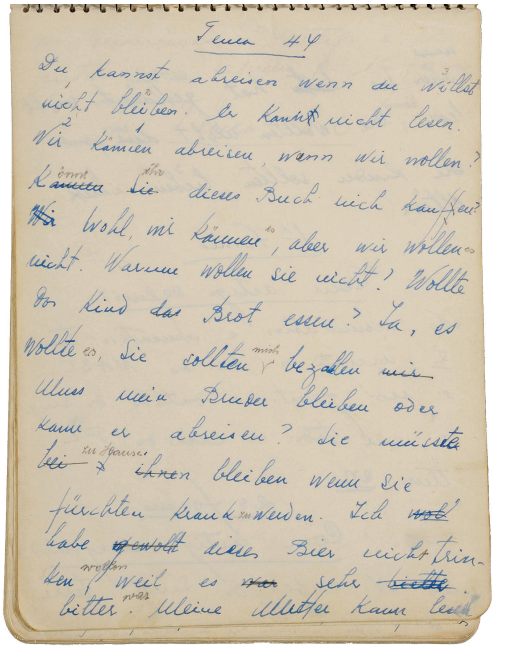
razão.» Eduardo Lourenço reflecte no artigo sobre a capacidade integradora da agremiação criada nesse ano e sobre o lugar que lhe deveria ser reservado enquanto fórum de discussão e actualidade: «esta Sociedade para ser mais que uma entidade materializada pela percepção de uma quota mensal precisa de viver como uma Sociedade vive. Deve começar por apresentar os escritores uns aos outros, por ser o lugar ideal do seu encontro.»

A carta do autor de *A Europa Desencantada* é uma excelente peça argumentativa. Socorrendo-se dos motivos colhidos na missiva de Torga, reitera-os para rebater enfaticamente a posição do escritor. O silêncio é para Eduardo Lourenço a pior das soluções. Justifica de seguida o sentido da negatividade que entrevê nessa posição: «Apesar da orquestração oficial e privada, apesar das dificuldades de toda a ordem cuja extensão conheço e não me é indiferente, apesar da possibilidade de confusão, aliás facilmente evitável, continuo a pensar que a única solução má, clara e insofisticadamente má, é o silêncio.» Eduardo Lourenço vai mostrando como o sentido de uniformidade conduz a uma dimensão limitativa por reduzir as possibilidades de discussão. E é veemente ao afirmar que o silêncio constituiria uma forma de dar força ao regime vigente em Portugal; o facto de os intelectuais portugueses de esquerda não se pronunciarem significaria um «engrossamento» da atitude dominante: «O pior desse silêncio é certamente o ter adensado como nenhum outro a atmosfera de uniformidade e apoteose de um sentimento oficial sobre o assunto-Hungria.»

Logo na primeira carta, ao colocar as dúvidas quanto à proposta de manifesto, Torga dizia o seguinte: «Mas temo muito que continuemos sozinhos como sempre, e que estas congeminações acabem nas páginas melancólicas do *Diário*. A gente bem quer, o pior é a roda de navalhas em que vivemos...» O desfecho deste episódio epistolar leva a que, de novo, como simples leitores prestemos alguma atenção às datas. A última carta de Torga sobre o assunto Hungria data de 15 de Janeiro de 1957. É justamente esta a data da entrada do texto de Torga sobre a questão no seu *Diário VIII*.

Se Torga representa no momento do encontro com Eduardo Lourenço um indiscutível modo de superação de referentes literários demasiadamente constritores, a relação do autor de *O Labirinto da Saudade* com Miguel Torga acabou por ficar marcada por complexos movimentos de tensão emancipatória. Torna-se claro que existiu da parte de Eduardo Lourenço uma genuína admiração pela obra torguiana e pela grandeza e frontalidade do exemplo cívico do escritor. Quase que poderíamos falar de *ansiedade da influência* a propósito deste enfrentamento mais ou menos velado com um *poeta forte*, para nos socorrermos dos termos de Harold Bloom. Também é interessante observar que nesta relação não deixa de interferir o fantasma pessoano. Pessoa

aparece-lhe quase ao mesmo tempo. Num certo sentido, tratou-se do único relacionamento de pendor identificativo, quase irrestrito, nascido de um encontro congenial. E, no entanto, Eduardo Lourenço não entra em disputa literária. Na verdade, o seu território é outro. Ele franqueia as portas do círculo de Torga como filósofo fascinado pela literatura e é neste processo que ele se torna o nosso maior ensaísta literário. Também é neste interim que, em diálogo com a obra torguiana, mais intensamente se manifesta a mais livre expressão artística a que deu desenvolvimento: o livro por vir.



Março 29-53. O *Diário* é uma forma patológica de comportamento. Os seus autores não são doentes de nenhuma doença que possa classificar-se. São doentes de si mesmos. Eles reinventam ao mesmo tempo a doença, o médico e o remédio. Um *Diário* é a fabricação contínua dessa febre artificial, o mais injustificável dos processos literários de comunicar consigo próprio ou com o próximo.

O acto de fazer diário não tem defesa possível a não ser para quem tiver a coragem pública de Montaigne de se confessar mais interessante que o resto do Universo. Como processo de auto-conhecimento é ilusório. É o acto de escrever um diário que é mais revelador sobre a alma de quem o escreve do que tudo quanto nele se escreve. O único tipo de *Diário* justificável seria de carácter puramente utilitário, eu quero dizer de utilidade imediata e pessoal, no género de um livro de cozinha onde se registam receitas úteis...

A grande justificação moral do *Diário* é a de ser uma tentativa de esclarecimento total do Homem através da humanidade de um homem. Esta vontade de sinceridade total arrasta-se de Montaigne a Rousseau, de Rousseau a Gide; mas é uma falsíssima sinceridade. O diário é tanto mais sincero (ou tem mais possibilidades) quanto o seu autor mantenha consigo mesmo a relação de um público com um desconhecido absoluto. Um literato que escreve um diário só pode fazer um diário literário. Ele eliminou, escolheu, escolheu-se, pensou. A pose é absolutamente flagrante mesmo quando o autor exprime a vontade absurda de não posar. Escrever é já posar mesmo quando a intenção é simplesmente objectiva: escrever um diário é posar permanentemente para si mesmo. A leitura dos diários é penosa, mas torna-se insuportável quando da primeira linha à última a vontade de estilo nos pisca os olhos até à obsessão.

Que da leitura de uma obra se conclua que um autor é diferente dos outros, que do relato estrito de uma vida a sua singularidade se nos imponha (mas haverá alguma vida que não seja singular quando se examina o fundo da questão?) admite-se; mas escrever um *Diário* para exibir essa singularidade como quem mostra uma chaga, não é de um narcisismo absoluto?

A convicção de que esse acto solitário de confronto connosco, de *tête-à-tête* contínuo, é aquele que colhe o mais íntimo de nós, é falsíssimo. O mais íntimo de nós é nos actos que se revela e não nessa masturbação infinita em que nos tomamos como sujeito e objecto quando jamais poderemos ser objecto para nós próprios. Escreve-o Deus com a nossa vida ou escrevemo-lo nós com ela para ninguém. O nosso diário é Deus quem o escreve ou não existe para nenhuma consciência no mundo. Tudo o resto são pálidas imitações de que o Diabo sorri. Reveladoras são as nossas atitudes face ao imprevisto permanente que é o mundo e os outros para nós. São os outros quem nos conhece. Ou, pelo menos, são a ponte de passagem para o nosso conhecimento: a ocasião de uma revelação.

Que vale passarmos a vida a construirmo-nos para nós mesmos como isentos, puros, excepcionais, generosos, humildes quando denunciamos uma

avidez de nós próprios ignorada ou um tom de voz, um orgulho insuspeitado que afronta os céus? Porquê testemunhar da nossa radical solidão? Talvez seja radical sim, mas a desse que se sentou ao meu lado no eléctrico e que quis talvez dizer-me alguma coisa que jamais me diria?

Solitários esses que têm cinco, dez volumes para escarrar na face do público a sua solidão não solitária, a sua divina solidão?

MERDA.

10-Set.-53. Quando Torga se abandona numa página ou numa hora rara é admirável. Começo a ter medo que se abandone cada vez menos. Sinto-o mais livre nos seus primeiros livros quando a sua imagem ainda não tinha adquirido, para ele mesmo, contornos tão precisos. Segundo sua confissão não é nem foi nunca um escritor fácil. É um vigoroso e honesto trabalhador da prosa. Sob esse ponto de vista o seu estilo é cada vez mais fluido. Está na maturidade. Mas eu refiro-me ao conteúdo. Tem achados magníficos e imagens inesquecíveis e audaciosas, mas, como dizer, possui excessivamente a sua audácia, surpreende menos. Não é esta a fatalidade de todos, excepto dos que morreram cedo?

Ou antes: sinto que Torga devia fazer esforços não para carregar no espírito dos seus leitores a imagem-Torga, a visão-das-coisas Torga, mas para a baralhar, direi mesmo, para a destruir. Naturalmente engano-me e desejo enganar-me, mas o Torga ideal, ao qual a sua obra recente obedece tão sensivelmente, prejudica o escritor Torga que eu admiro e prejudicá-lo-á mais ainda no futuro. Não encontro na sua obra a contradição profunda que eu sei existir no seu coração, o Deus insepulto da sua infância dolorosa. Não encontro aí senão raramente como se ele tivesse pudor e atentasse contra a única imagem que ele quer deixar de si: trágico mas irredutível como Prometeu (ele o autor admirável de *O Outro Livro de Job*)

Não sou autor e não posso saber até que ponto a obra feita nos impõe certos deveres que parecendo submissão ao público são submissão à obra. Mas as obras podem ser como os amores: mortais pela felicidade que nos trazem. Um grande autor deve guardar no seu coração uma espécie de ciúme da obra, tanto maior quanto mais bela ela for. Ciúme: amor às avessas. Há um homem que me dá essa impressão: o inapreensível André Gide. De algum modo todo o homem que continua escrevendo não se considera fascinado pelas suas criações passadas. Torga felizmente desconfia da sua obra. A ideia das obras completas como acudiu a José Régio e a Ferreira de Castro é-lhe antipática. Seria como uma declaração de óbito passada por ele mesmo. Apesar de médico, ou por isso mesmo, a ideia repugna-lhe.

Nice, Dezembro de 65. Leitura do volume IX do *Diário* de Torga. Hamann, o nebuloso e genial mago do Norte, ignorava a subjectividade paradisíaca. É desta espécie rara ou para ela tende o que banha a obra de Torga, a do poeta e do contista. Nela o *moi haïssable* parece circunscrito nos seus limites suportáveis. Na poesia porque sendo o lugar da efusão subjectiva ninguém estranha que o eu se assuma como centro e circunferência do mundo. Não há melhor maneira de escapar à chuva do que meter-se debaixo de água. Nos contos e no romance porque o eu parece estar à escuta dos outros, viver deles, e na verdade o está, mas o eu-Torga não se deixa nunca perder de vista. Só quando Torga, o personagem Torga se põe em cena, como na *Criação do Mundo,* e de si mesmo se distancia, o milagre acontece, por assim dizer, por excesso. A subjectividade tem pouco sentido quando o eu que escreve está fora e dentro de um mundo que é a sua «criação». Através do seu título fabuloso, no melhor dos seus livros, Torga não tem exterior e, pela mesma razão, não tem interior. Assim resolve a quadratura do círculo da sua geração, a primeira que de maneira consciente, na ordem da ficção, quis navegar o mar sem fim e sem fundo da interioridade. Mas é duvidoso que, apesar do título, e de páginas onde a asa de Maupassant estende a sua sombra neutra e crua, *A Criação do Mundo* escape ao domínio dessa subjectividade paradisíaca que ninguém encarna melhor do que Torga. Na sua ambição metafórica pode até considerar-se como a apoteose da subjectividade. Como Deus, o eu-Torga, criando-se, cria o Mundo.

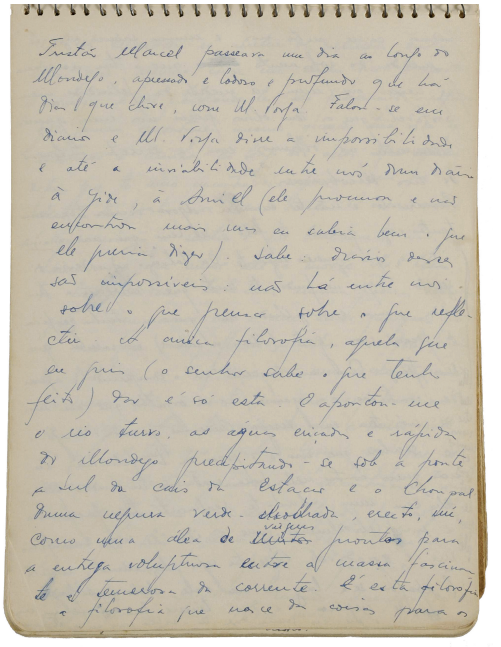
Não é aí que a crítica e os leitores do autor de *O Outro Livro de Job*, costumam apreender o que, segundo eles, seria o autêntico retrato de Torga, não só a sua expressão auto-biográfica mas mítica. É no famoso *Diário* que a subjectividade — no sentido da mais íntima verdade sua — conheceria a sua apoteose. Realmente é aí que era natural esperá-la. Mas não está lá como é hábito supô-la nos autores de diários. Ou se está não é como o seu autor e os seus leitores a mitificaram. O mesmo Hamann fala algures do inferno da subjectividade. Quem dera que a de Torga fosse esse inferno e ardesse a sério nas chamas de si mesmo, ou se perdesse no seu próprio labirinto, como Amiel. Não é o caso. Ele encontrou uma parada contra essa tentação, se alguma vez a teve. Na aparência o seu eu oferece-se desarmado e nu, em conflito com o mundo, a história, os outros, as suas ideias ou os seus livros, mas esse eu é um super-Ego que sem cessar domina e julga sem jamais encontrar «o outro» de si mesmo no seu caminho.

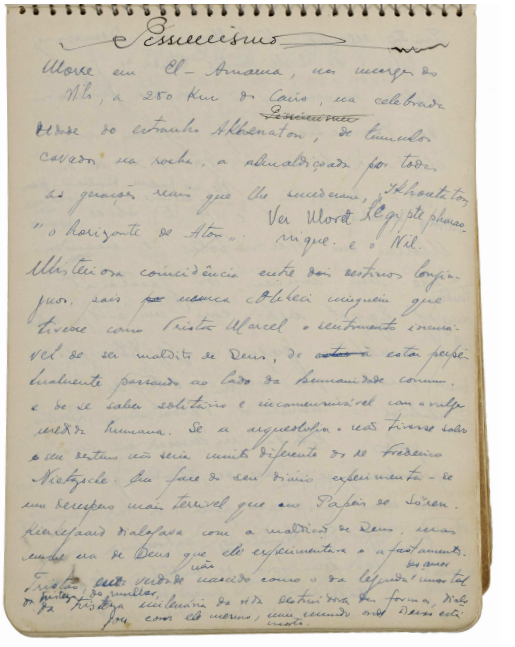
Invisível ao seu autor, a autojustificação que no *Diário* tem lugar, não será diferente da que toda a escrita já implica, mas o grau da sua inocência confere-lhe um lugar à parte no que tem a aparência de uma obra confessional. Torga não se confessa nunca. É ele o confessor do mundo. Nota alguma, poesia alguma do *Diário* que não revertam em glorificação senão do homem e do escritor ao menos da atitude que, de uma vez por todas, assumiu como exem-

plar, diante de si e, sobretudo, dos outros. É diante deste ídolo, deste Torga imutável — e quem não o invejará? — que como tal se assume e se propõe ao leitor que as páginas do *Diário* se alinham como outras tantas inscrições, polidas como estrelas.

O *Diário* é uma monstruosa, e por isso mesmo fascinante empresa ou paródia — mas seriíssima — de um juízo final *sui-generis*, pois julgamento, julgado e julgador são uma só realidade. Esse quotidiano e persistente ofício destina-se a inventar um destino livre de compromissos diante dos homens e de culpas diante de si e do tribunal silencioso dos leitores, antecipada absolvição do póstumo e inexorável juízo que uma empresa como o *Diário* torna de antemão supérfluo, se ela puder ser o que o seu autor-actor visivelmente desejaria que fosse. Incluir tal empresa na prateleira da auto-biografia é um contra-senso. É uma autobiografia mítica, porventura sem exemplo. Talvez ninguém melhor que Torga saiba até que ponto o seu *Diário* é a sua máscara, mas deve ter decidido colá-la heroicamente à cara e ostentá-la como um elmo como D. Quixote à sua bacia de barbeiro. Os seus nove volumes, processionais e sem muitas surpresas nos últimos tempos, trouxeram-nos cada dois anos a opinião de Torga sobre o nosso tempo, de que ele, os leitores e todos nós, o instituíram como o profeta de que precisávamos nesta nossa época de silêncio e indigência. Não menos curiosos são os comentários do autor de *Os Bichos* sobre a literatura, nossa ou alheia (passada), expeditivamente desmistificada (literatura francesa, alemã, etc.). Mas nada é mais significativo que os seus juízos sobre os lugares-mitos que o poeta sente a necessidade de visitar ou revisitar, menos pelo seu interesse real que pelo papel que desempenham na sua mitologia pessoal. Desses encontros nascem reflexões breves que na sequência de outras vêm, como um cão fiel, confortar a visão do homem que escreve o *Diário*. Quantas vezes Torga passou em Trujillo, em Salamanca, foi ao Marão ou ao Gerês? Todas as vezes em que sentiu a necessidade de contrastar, de vivificar uma mitologia pessoal há muito fixada. Viagem alguma lhe traz o choque de uma nova revelação, de um desmentido, de um remorso, de uma fraqueza, mas apenas a música de uma celebração íntima, temperada por alguma fórmula de clássica modéstia. Dirá a Pizarro que ele, Torga, não aprova a sua gesta conquistadora, mas admirando-lhe a audácia e fazendo a viagem para se medir com ele; dirá aos leitores que a sua humanidade tem as dimensões da Península, e estas prodigiosas confissões que pareceriam ridículas pronunciadas por um simples homem são naturais sob a sua pena. Isto mostra a que ponto Torga se confundiu com o mito que construiu, com uma constância, uma fé em si mesmo e uma cegueira, ao fim e ao cabo, admiráveis. Se não, não seria admirado.

No fundo, o autor do *Diário* é sempre o mesmo poeta, da espécie titanesca, que cedo partilhou com Miguel Ângelo a paternidade de Moisés.





TRISTÃO MARCEL passeava um dia ao longo do Mondego, apressado e lodoso e profundo, que há dias que chove, com Miguel Torga. Falou-se em diários e Miguel Torga disse a impossibilidade e até a inviabilidade entre nós dum diário à Gide, à Amiel (ele procurou e não encontrou mais mas eu sabia bem o que ele queria dizer). «Sabe: diários desses são impossíveis: não há entre nós sobre o que pensar, sobre o que reflectir. A única filosofia, aquela que eu quis (o senhor sabe o que tenho feito) dar é só esta.» E apontou-me o rio turvo, as águas eriçadas e rápidas do Mondego precipitando-se sob a ponte a sul do cais da Estação e o Choupal duma negrura verde-molhada, erecto, nu, como uma álea de virgens prontas para a entrega voluptuosa entre a massa fascinante e temerosa da corrente. «É esta filosofia, a filosofia que nasce das coisas para os olhos, a cor especial que aqui e em mais parte alguma têm certas árvores ou certas flores, o cheiro de certa terra, a desolação e o abandono de tantas aldeias onde um lirismo louco e inacreditável consegue fazer-se ouvir, é isso que eu queria dar. Não quero copiar ninguém. Não quero que o meu diário lembre Gide, nem Amiel, nem Marie Bashkirtseff. Que seja o que for, mas que seja português e meu. Que um estrangeiro não se sorria como em frente do Eça por se lembrar que lê um Flaubert traduzido com *gaucherie*. Não, nada disso. Eu quis agarrar nos Camilos, nos Aquilinos e arrancar deles filosofia, a nossa maneira de ser, esta coisa maravilhosa que é terrosidade misturada com lirismo, com um sebastianismo incurável e capaz de renascer dos cardos. Todas

as caravelas se afundam, nós já sabemos, o nosso povo sabe disso, mas um Ti Mónica qualquer construirá sempre nem que seja um barquinho de braçal. Era isso o que eu queria fazer. Nunca pensei num diário intelectual.»

Tristão Marcel ouvia-o deliciado mas aqui interrompeu-o: «Entre nós julgo que é possível um diário desses: meditação sobre o 'lá fora'.» O Torga respondeu: «Mas isso não tem interesse.»

Tristão Marcel sabia que tinha interesse, sabia que se não havia nada sobre o que pensar, havia pelo menos a vertigem dolorosa, a tristeza absoluta de sermos obrigados a meditar sobre o «nada» do que somos e temos no domínio das ideias.

Das ideias e das coisas. Nenhuma ideia que não partisse, que não envolvesse como à força uma mão que a cada hora parece abandonar a vida, uma coisa ou um acto real. Marcel que os amigos supunham um ser abstracto pensava perpetuamente em situações reais e toda a sua linguagem está revestida duma intenção secreta que é uma alusão (às vezes impossível de descobrir) a experiência vivida e actos determinados no tempo e na vida. A origem da sua ironia é só essa que radica entre o abismo da linguagem universal em que temos de unir-nos para nos comunicar e a representação real, o acto vivido, onde as palavras nascem e para onde se dirigem. Abismo impossível de atravessar e fonte de solidão humana. Em face de Deus cada um está inerme e nu, como em face da morte. Para me justificar não poderei pedir emprestadas as palavras de significação universal ao melhor dos meus amigos. Todos os gestos são linguagem e mais ainda a intenção obscura que do fundo do ser não chegou à configuração visualiza[da] e presente da linguagem.

Texto ms. *a tinta azul em 4 folhas brancas de um bloco «Stop, N.º 561» contendo rascunhos de cartas íntimas, esquemas de lições (ms. a lápis) de Filosofia Moderna, Lógica, rascunho do requerimento ao IAC para obtenção de uma bolsa de estudos «a fim de se dedicar a estudos gerais de Lógica e Teoria da Ciência», diversas notas bibliográficas, exercícios de língua alemã, etc.*

Cartas

1 | de Miguel Torga

Coimbra, 10 de Novembro de 1956

Meu caro Dr. Eduardo Lourenço:

É abatido pelo duplo peso da doença e dos acontecimentos que respondo às suas duas cartas, recebidas uma ontem, outra hoje.

Que eu saiba, ainda não se esboçou aqui o mais pequeno protesto dos chamados intelectuais contra o que se passa na Hungria[1]. Mas, a fazer-se qualquer coisa, penso que incumbiria naturalmente à Associação de Escritores dar expressão a tal movimento. Há, contudo, em meu fraco entender, duas razões que devem tornar esse gesto difícil ou mesmo irrealizável: a pouca ou nenhuma autoridade moral da maioria dos literatos nacionais para verberarem tiranias alheias depois de trinta anos de pacata ou conivente aceitação da nossa, e a necessidade de no manifesto a produzir se pôr a claro que é esmagada pela opressão caseira que a inteligência portuguesa se dói do espezinhamento da magiar. Sem esta última premissa, tudo quanto se disser é somente engrossar a onda de clamor fascista que cobre de cinismo a grandeza da tragédia. O meu Amigo está longe e não pode ver daí o impudor do aranzel que esta reacção tem feito. Desde a missa campal em Braga até aos sequazes do Horthy[2] a escudarem-se na Senhora de Fátima[3], tem sido tudo. Os protestos dos estudantes resumem-se num desejo não inconfessado de apagar a fogueira com água benta. E o resto adivinha-se. De maneira que qualquer voz limpa que tente erguer-se com independência, desassombro e objectividade crítica, terá de ser de tal força e magnitude qu[e] não corra o risco de se ver logo de início absorvida pelo coro oficialmente orquestrado. Isto na hipótese optimista de a censura fechar os olhos a semelhante desafio. Seja como for, a condenação que fizéssemos nem poderia permitir a confusão, nem deixar de abranger

inequivocamente todas as espécies de opressão, a começar pela de cá, à qual nem o paternalismo emoliente é d[e] agradecer pois[s] [t]ornou impossível toda a forma viril de oposição. Há ainda o problema do n[oss]o conhecimento apenas parcial do que se passa. É evidente que atitudes c[omo] a do Camus[4], do Claude Roy[5], da Simone [de Beauvoir][6] e do [Jean] Cassou[7] dão certas garantias mes[mo] quando ditadas por um possível erro de informação livre. A posição do Sartre[8], por exemplo, parece-me modelar: ao mesmo tempo que repudia a violência presente, não deixa de salvaguardar ainda a sua possível inevitabilidade, atendendo ao condicionalismo que lhe subjaz. Mas um Sartre pode, no seu meio e dentro de toda a lógica, estar e não estar ao mesmo tempo, e [a]té dar-se ao luxo de errar para se corrigir mais tarde. Nós aqui, neste [jo]go de extremos, se nos enganássemos, ficaríamos definitivamente amarrado[s] a qualquer opinião expendida, sem esperança de ninguém nos [r]elevar a deficiência da fonte. Ora nesta situação cheia de armadilhas, pelo que me diz respeito, só assinaria um documento em que se guardassem todas as cautelas que lhe acabo de expor, e é essa também a disposição do Quintela[9] e do Martins[10], a quem comuniquei o seu projecto e as razões que o fundamentaram. Mas temo muito que continuemos sozinhos como sempre, e que estas congeminações acabem nas páginas melancólicas do DIÁRIO. A gente bem que[r], o pior é a roda de navalhas em que vivemos...

Um apertado abraço do seu dedicado

Miguel Torga

2 | de EDUARDO LOURENÇO

Celleneuve, 18 de Novembro 56

Senhor Doutor

Quero crer que a distância da pátria, a falta de jornais portugueses e o contexto que é presentemente o meu me levaram a imaginar uma espécie de gesto digno de manicómio. Foi mais ou menos essa a impressão que senti ao ler e reler as duas cartas de resposta ao projecto de protesto, uma do Senhor Doutor e outra do José-Augusto França. Os dizeres de ambas são tão concordantes que não pode explicá-los melhor que uma similar reacção dos intelectuais portugueses a uma ideia do outro mundo, literalmente falando.

Claro está que não insistirei sobre o fundo da questão. O importante são os actos mesmos e o facto de não serem possíveis é um argumento sem resposta a não ser para doidos varridos. Infelizmente sob vários pontos eu sou um e a concordância universal mais completa não é suficiente para me provar o mal fundado da questão. Apesar da orquestração oficial e privada, apesar das difi-

culdades de toda a ordem cuja extensão conheço e não me é indiferente, apesar da possibilidade de confusão, aliás facilmente evitável, continuo a pensar que a única solução má, clara e insofisticadamente má, é o silêncio. Duplamente má como são todas as soluções que de longe ou de perto têm como paradigma Pilatos Júnior. O pior desse silêncio é certamente o ter adensado como nenhum outro a atmosfera de uniformidade e apoteose de um sentimento oficial sobre o assunto-Hungria. Os ausentes não contaram nunca, os mortos vão depressa. O silêncio dos intelectuais portugueses é para mim incompreensível, embora de certo modo previsível pois de há muito aprendi que diante de certas orelhas a Rússia soviética é o filho pródigo para quem em segredo se reserva o boi mais gordo. As críticas privadas, o horror doméstico não me fizeram nunca ilusão. Quando chega a hora uma reserva inesgotável, resto sagrado de um amor desiludido acorre sempre para salvar a velha mãe perdida na esquina do vício. Isto é o que eu compreendo e até certo ponto admiro na grande maioria das recusas em mexer o dedo mendinho neste grave passo. O resto que eu adivinho, uma espécie de masoquismo político, uma vontade de continuar a sofrer e pior que isso uma forma claríssima de complexo de inferioridade e temor de ser atirado para a «reacção» na boca desses cuja opinião é mais temida que a lepra, eu quero dizer os nossos conhecidos marxistas que tiveram a habilidade de terrorizar mentalmente a esquerda portuguesa, também o compreendo, mas não o aprovo. Ao contrário. Combato-o e combatê-lo-ei sempre com todas as forças de que sou capaz. É uma miséria ter que concluí-lo mas é assim: a oposição é para muitos uma solução de conforto, a oposição em bloco, a oposição no silêncio e na confusão. Perca-me eu, Sansão e todos quantos aqui estão. Mas perder-me sozinho e sem o alto patrocínio da ideia que triunfará por nós se nós perdermos, gaita, isso não. Das reacções de que José-Augusto França me dá conta é mais ou menos isto o que eu posso concluir. Não é brilhante e é positivamente triste.

Não quero encerrar o caso sem relevar na carta do Senhor Doutor uma ou outra observação donde concluo ter havido um certo equívoco na interpretação do meu gesto, certamente por falta minha. Assim o Senhor Doutor diz que a fazer-se alguma coisa isso incumbiria à Associação dos Escritores. Há aqui um duplo equívoco: o meu projecto não tinha nenhuma pretensão causal, pessoal, não era o *meu* projecto, mas um simples texto anónimo a quem conferiria autoridade a assinatura de pessoas responsáveis; em 2.º lugar, justamente a Associação dos Escritores não podia ser a entidade intermediária de qualquer texto decente pois tal Associação é absolutamente apolítica, ou antes, para não sermos formalistas, é composta de gente de toda a opinião, a maioria, sem dúvida, de reaccionários catalogados. Eu não poderia pensar como intercessora uma Companhia que tem António Quadros como Secretário. O gesto seria pois o mais privado, pessoal, sem capa de nenhuma entidade ou instituição,

em suma, altamente responsável, de modo a alienar-lhe todas as assinaturas de pura complacência ou dessas que aparecem sempre em grupo como os Costas das listas telefónicas.

A segunda observação diz respeito ao texto. O meu era uma simples indicação, dava somente alguns elementos. Não impedia de o melhorar, de o substituir por outro de modo a que ele exprimisse exactamente o que os signatários desejavam que ele exprimisse. Estas duas observações parecem-me importantes pois sem elas é um facto que o gesto era difícil ou irrealizável como o Senhor Doutor diz. A 1.ª eliminava a questão da autoridade moral (relativa) dos signatários pois era exactamente àqueles que já publicamente manifestaram o seu repúdio pela condição feita aos intelectuais portugueses que ele se dirigia. Em 1945 e 49 muita gente assinou manifestos desse género. Isso bastava. Não se pode exigir dos escritores que ponham manifestos na rua todos os meses. E mesmo, se signatários possíveis nunca tinham protestado, por algum lado se pode começar se se começa bem. Se o texto comportasse uma condenação do nosso regime que no meu não havia, o facto de assiná-lo conferia toda a autoridade necessária. Se há por aí algum, se realmente à última hora se encontrou forma de exprimir num texto o repúdio de tudo que nos oprime, estou pronto a assinar imediatamente.

Enfim, no meio desta confusão os marxistas estalinistas da terra devem jubilar. A prova provada está feita que a oposição são eles. Têm direito a falar em nome dela e o maior ainda de tapar a boca e de tratar como criados de quarto os democráticos impotentes a quem nenhuma ofensa, nenhuma delação, nenhum horror é capaz de subtrair a esse fatal hipnotismo. Tem razão o ignóbil *Diário da Manhã* em meter no mesmo saco a dita oposição que sob pretexto algum, seja ele o mais lógico e necessário, se recusa a sair da negrura confortável. Eu é que não estou para fazer o jogo nem de uns nem de outros.

No meio desta tristeza toda tive duas alegrias: tanto o José-Augusto França como o Senhor Doutor prestaram à minha carta o mais atento e amigo interesse. O do Senhor Doutor tanto mais meritório quanto vejo, pela sua carta, que a saúde neste momento o secunda mal. Oxalá esteja melhor. Envia-lhe um abraço agradecido o

Eduardo Faria

3 | de Miguel Torga

Coimbra, 23 de Novembro de 1956

Meu caro Dr. Eduardo Lourenço:

Vejo pela sua carta, recebida neste momento, que ou fui insuficiente nas considerações que lhe fiz na minha, ou me está a atribuir intenções e subterfúgios que talvez devesse exprobrar a outros correspondentes. Só assim se compreende o tom em que me responde.

A[s]sentemos nist[o]: pessoalmente, considero que tu[d]o quanto se [p]assou na Hungria em matéria de repressão foi um acto de bárbaros, uma monstruosidade sem nome. De todas as tragédias políticas a que tenho assistido, só a guerra civil de Espanha me doeu tanto. Pela desgraça humana em si, e pela sorte das ideias em jogo nos dois palcos de desespero. E do mesmo modo que nessa altura protestei à minha maneira, e fui bater com os ossos na cadeia por causa disso, igualmente protestaria agora, nas condições que lhe propuz. Porque V. parece ter-se esquecido de que existem por cá também «húngaros» esmagados, que, quando acodem às fogueiras alheias, têm obrigação de declarar que a própria casa arde há muito tempo. Não o fiz, contudo, mesmo sozinho, que é como eu gosto de estar, por saber que a minha voz só serviria para engrossar a dos meus opressores, e por calcular que o meu silêncio era a melhor forma de os afligir. Fala o meu Amigo num cheque em branco passado à Rússia. Não, não passo cheques em branco a ninguém. Mas acha que deveria abrir uma excepção a favor da América ou do Vaticano? Uma coisa é um ideal, outra as vicissitudes da sua realização. Ora eu, muito embora lamente do fundo da alma e do entendimento o que se passou, confesso que não sinto crescer dentro de mim qualquer hostilidade contra as doutrinas socialistas que sempre abracei, e contra aqueles que mal ou bem as encarnam. Reprovo a inabilidade e a brutalidade dos homens, mas mantenho a fé nos princípios. Estou firmemente convencido de que não pode haver paz na terra enquanto não acabar de vez este capitalismo macabro, de que não vale a pena lembrar as infâmias. E porque sei do que ele é capaz, recuso-me a correr atrás dos seus pregões humanitários. O russo começou por sair de Budapeste quando a destalinização teve início. Por que voltou depois? Pura ferocidade? Sádico desejo de indignar o mundo? Não acredito. Deve haver uma razão de peso por detrás da reviravolta. E aí é que residem as tais dúvidas a que me referi. De que tamanho foi o pau que a reacção meteu na roda dos acontecimentos? Deve ter sido grande, porque, afinal, os operários lá continuam em greve, a combater ainda pela sua causa. Creio que não são eles que fogem e caem sorridentes nos braços fraternos do fascismo... Não lhe fez impressão a desenvoltura com que o Cardeal Mindszenty[1], apenas se viu fora da gaiola, começou a espanejar as asas? A mim

fez. Sou de opinião que há balizas no tempo, para além das quais é imoral que os valores falhados continuem a perturbar o progresso. E apetece-me tanto pedir contas do que se passou a Moscovo, como a Roma. Mais a Roma do que a Moscovo, até. O pranto que se tem vertido por aqui assemelha-se tanto às lágrimas de crocodilo, que não há erro possível de diagnóstico. Era o triunfo do passado que se esperava, e é contra o triunfo do presente que se clama. Ora no seu projecto de manifesto, apenas um dos lados do crime ficava devidamente estigmatizado. Escrevia-se nova prosa, diz o senhor. Evidentemente. Mas não dizer nada, e insisto neste ponto por me parecer importante, talvez fosse a melhor táctica a empregar por todos os elementos da oposição, onde há gente que seria abusivo considerar enfeudada a qualquer grupo, e que, significativamente, se manteve calada. Ou prefere meter indiscriminadamente o país democrata no mesm[o] saco de coni[v]ência e cobardia? Eu não caibo lá. E o Sérgi[o] também não, que publicou há dias a declaração que junto[2].

De qualquer maneira, a oportunidade passou, e confesso-lhe que não me sinto desolado por a ter perdido. A íntima solidariedade que devo a todo o sofrimento, cá está; e quanto ao resto, em boa consciência não sei se, mesmo a fazer o melhor, não estaria a fazer o pior. A colaborar com os meus inimigos naturais, que são todos os fanáticos da banca e da caldeirinha. Condeno com a mesma indignação a violência, tanto faz que seja exercida na Guatemala como na Hungria. Mas se quero ser livre para julgar, quero ser livre também para ter a esperança onde me parece que, mesmo brumosa, ela desponta. E não desponta do lado da América... Um apertado abraço do seu dedicado

Miguel Torga

4 | de Miguel Torga

Coimbra, 15 de Janeiro de 1957

Meu caro Dr. Eduardo Lourenço:

Agradeço-lhe a sua carta e o jornal, que lá anda a correr a via-sacra.

Também me parece que não vale a pena prolongar o nosso diálogo a respeito dos trágicos acontecimentos da Hungria, embora eles se prolonguem. De acordo quanto à brutalidade da repressão, divergimos quanto aos termos de a condenar. O meu amigo queria um protesto que abrangesse uma só tirania; eu queria outro que as abrangesse a todas. A razão é simples: a sua indignação irrompe da claridade dum país livre; a minha, da negrura duma terra escravizada. Eu tenho em casa a mulher demitida duma vida universitária que

conquistou legitimamente, fui preso, apreendem-me os livros e sou, na minha própria terra, um marginal, sempre à espera de mais uma violência; o senhor, felizmente, ainda não sentiu na própria carne as agressões paternais do nosso fascismo. Por isso olhamos com binóculos diferentes o que se passa nas margens do Danúbio. O doutor como um intelectual livre de todos os constrangimentos governamentais; este seu atribulado poeta como um pobre ser atado de pés e mãos que, não podendo acreditar nos homens, acredita nas ideias. Ideias que, apesar de tudo são pregadas lá e negadas aqui. Entalado entre dois extremos, obrigado a escolher, não posso hesitar. Tenho plena consciência de quanto é grosseira tal posição. Mas, desgraçadamente, os factos não consentem uma atitude mais subtil — a que verdadeiramente me agradaria. Foi o apego às fórmulas intermediárias que perdeu a Espanha socialista. Fizesse ela o que fez a reacção, que não esteve com meias medidas, e não teria sucumbido. De resto, o meu silêncio não significa aprovação.

Os livros já seguiram, distribuídos em quatro pacotes. Oxalá cheguem sem novidade. São os últimos exemplares da primeira edição. Estou a fazer a 2.ª, com um MINHO remodelado, como era de necessidade. Espero ter o gosto de lhe mandar em breve mais esse abraço impresso.

Também falei ao Saraiva no Vocabulário, que está esgotado. A meu pedido, enviou-lhe um outro, a ver se serve.

Embora lhe tenha já mandado as Boas-Festas, reforço aqui esses sinceros vot[o]s. Que o N[o]vo Ano lhe traga muita paz, saúde e disposição para [o] trabalho, é o que lhe deseja o seu dedicado

Miguel Torga

NOTAS

1

[1] Referência à invasão da Hungria pelas tropas soviéticas a 4 de Novembro de 1959, após a revolta contra a ditadura comunista.

[2] Referência a Miklós Horthy de Nagybánya (Kenderes, Hungria, 1868 – Estoril, 1957), conhecido por «Sua Serena Majestade, o Regente da Hungria», por ter desempenhado esse cargo no período entre as duas guerras mundiais e durante a maior parte do tempo da Segunda. Figura política controversa, anti-semita, após o início do domínio comunista na Hungria foge, em 1949, com a sua família, fuga essa apoiada por diplomatas portugueses na Suíça. Fixa residência no Estoril onde a sua sobrevivência é apoiado pelo industrial judeu Ferenc Chorin e pelo advogado, também judeu, László Pathy.

[3] Miguel Torga deve referir-se, indirectamente, à acção com que o padre Luís Kondor, nascido em Csikvánd (Hungria), em 1928, acompanhou os acontecimentos de Budapeste a partir de

Portugal. Com efeito, este membro da Congregação do Verbo Divino em 1954 é enviado para o nosso país e precisamente em 1956 encontra-se pela primeira vez com a Irmã Lúcia. Desde esse encontro iniciou um trabalho de promoção do catolicismo na Europa de Leste, nomeadamente na Hungria, para onde enviou, durante décadas, imagens e literatura sobre Nossa Senhora de Fátima.

[4] Albert Camus (Mondovi, 1913 – Villeblevin, 1960), escritor e filósofo, escreverá, um ano depois destes acontecimentos, que «A Hungria arrasada e aprisionada fez mais pela liberdade e verdade que qualquer outro povo do mundo nos últimos 20 anos».

[5] Claude Roy (Paris, 1915-1997), jornalista e escritor. Membro da Resistência francesa, onde conhece Paul Éluard, Aragon e Elsa Triolet, adere ao PCF em 1943. Em 1956, a intervenção soviética na Hungria faz com que rompa com a linha oficial do partido, através de uma declaração assinada também por Roger Vailland e Jean-Paul Sartre.

[6] Simone [Lucie-Ernestine-Marie Bertrand] de Beauvoir (Paris, 1908 – Paris, 1986), romancista, filósofa, ensaísta. Juntou-se a Jean-Paul Sartre no protesto contra a invasão soviética.

[7] Jean Cassou (Bilbao, 1897 – Paris, 1986), crítico de arte, poeta, novelista, ensaísta, foi o criador do Museu Nacional de Arte Moderna de Paris. Membro da Resistência, durante a Ocupação alemã, é preso no ano de 1941 em La Furgole (Toulouse) onde sem papel e lápis compõe, memorizando, os seus famosos *33 Sonnets composés au secret*, que serão publicados pelas Éditions de Minuit, com uma introdução de Louis Aragon.

[8] Jean-Paul [Charles Aymard] Sartre (Paris, 1905 – Paris, 1980), filósofo. Inscrito desde 1952 no PCF, rompe com o partido aquando dos acontecimentos na Hungria, publicando o ensaio «Le fantôme de Stalin» em *Les Temps Modernes* que dirigia (Dossier «La Revolte de la Hongrie», n.º 129-130-131, Nov.-Déc. 1956 e Jan. 1957) e que constituiu uma forma de vigoroso repúdio à invasão daquele país pelo Exército Soviético.

[9] Paulo [Manuel Pires] Quintela (Bragança, 1905 – Coimbra, 1987). Tendo frequentado a Universidade de Berlim (entre 1927 e 1929), licenciou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde a partir de 1993 ficou como professor. A partir de 1942 foi professor extraordinário de Filologia Românica tendo-se doutorado em 1947 com a tese *A Vida e a Poesia de Hölderlin*. Por motivos políticos, só ascende a professor catedrático após o 25 de Abril de 1974.

[10] Alberto Martins de Carvalho (Barril de Alva, 1901 – Figueira da Foz, 1993), professor e investigador, colaborou nas revistas *Presença* e *Palestra* e pertenceu à direcção da revista *Bysancio*. Em 1967, sucedeu a Delfim Santos na direcção do Centro de Estudos Pedagógicos da Fundação Calouste Gulbenkian. Eduardo Lourenço dedica-lhe o capítulo «Da Permanência no Mundo do Espírito» de *Heterodoxia I* (1949) e o artigo «A Ausência-Régio» (*Diário de Notícias*, 2 Jan. 1970). No acervo de Eduardo Lourenço, foram encontradas, até este momento, 10 cartas enviadas por Alberto Martins de Carvalho, sendo a primeira datada de «27-4-68» e a última de «12-1-76».

2

Transcrição da carta enviada a Miguel Torga a partir de uma cópia ms. *em duas folhas de papel branco amarelecido existente no acervo de Eduardo Lourenço.*

3

[1] Referência ao Cardeal József Mindszenty (Csehimindsent, Áustria-Hungria, 1892 – Viena, 1975) preso pelos nazis (1944-45) e depois pelo regime comunista (2 de Janeiro de 1949) até que é libertado a 31 de Outubro de 1956, por ocasião da Revolução Húngara. Com a entrada das tropas soviéticas em Budapeste refugia-se na embaixada dos Estados Unidos e só a 28 de Setembro de 1971, por resolução directa de Paulo VI e depois de o Vaticano ter assinado um acordo com o governo húngaro, sai do seu país passando a viver no Vaticano.

[2] Trata-se de um pequeno recorte de jornal no qual Miguel Torga escreve a tinta azul na parte superior: *Diário de Lisboa* e que tem o título: «Um Esclarecimento de António Sérgio». «*Com pedido de publicação recebemos o seguinte documento*: Em referência a palavras ontem pronunciadas na sede do Comando-Geral da Legião Portuguesa sobre a atitude dos democratas e liberais portugueses perante os males de que recentemente tem sido vítima o povo húngaro, o abaixo-assinado, liberal e democrata, vem declarar que está pronto a apoiar, com o maior entusiasmo, todas as manifestações contra a violência e os mais veementes protestos a favor da liberdade do povo húngaro ou de qualquer povo estrangeiro, desde que incluam também um protesto a favor da liberdade do povo português, hoje impedido de exercer os seus direitos fundamentais de cidadania — António Sérgio»

4

Carta dactilografada. No verso do envelope Eduardo Lourenço anota, no lado esquerdo, a tinta preta «Resp. 19-1-57».